

RURALTECH* – ESTUDO SOBRE A PENETRAÇÃO DAS TIC NO ESPAÇO RURAL

Ana Rita Garcia*
Ana Paula Castela*

RESUMO

O estudo, cujos resultados se apresentam, teve como objectivo o conhecimento da penetração das tecnologias da informação e da comunicação, (TIC) na população rural dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. O universo é constituído por indivíduos com 15 e mais anos, residentes nas freguesias com menos de 2500 habitantes. Foi utilizada a técnica de entrevista telefónica. A amostra é constituída por 342 indivíduos; a margem de erro é de +/- 5% com um nível de confiança de 95%, está estratificado por habitat rural.

Os resultados revelaram que 79,9% dos entrevistados não têm computador; 80,5% afirmaram não possuir quaisquer conhecimentos de informática. Apenas 19,7% referem ter ligação à Internet.

1. INTRODUÇÃO

De facto, a utilização de uma tecnologia é um indicador de mudança social e cultural, mais que um factor determinante dessa mesma mudança. Daí que a verdadeira importância de entender a difusão e usos da internet (...) reside em que podermos utilizá-la como ponto de entrada para compreender a transformação estrutural organizativa, cultural e tecnológica da sociedade (...) em todos os âmbitos da vida quotidiana. (...) Trata-se de uma perspectiva analítica equivalente ao que haveria de ter sido, no seu momento histórico, compreender o desenvolvimento da sociedade industrial através da difusão e usos da electricidade.

Manuel Castells (2002)

Sabemos que a concepção de espaço e de tempo se alterou com o desenvolvimento das novas tecnologias; a maior parte das relações humanas estavam vinculadas *hic et nunc*. Com as possibilidades promovidas pela Internet (correio electrónico, *chats*, as páginas *web*...)

* Docente da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

* Docente da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

* Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Projecto Ruraltech - "Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Espaços Rurais", pertence à Iniciativa Comunitária Interreg III B, Espaço Atlântico.

podemos estabelecer relações com outras pessoas sem que seja necessário um espaço e tempo concretos.

A análise que propomos pretende reflectir sobre um contexto mais alargado de transformação, ou seja, sobre a emergência da Sociedade em Rede como estrutura social característica da era da informação.

A “Sociedade em Rede” é uma nova forma social que resulta de uma complexa interacção entre a evolução social e tecnológica, e na qual a Internet tem um papel primordial: é um meio de comunicação interactivo e uma infra-estrutura tecnológica decisiva para a organização em rede dos vários aspectos da vida. A Internet não é um factor causal das novas formas de organização social, mas o meio necessário para o desenvolvimento das redes de interacção e comunicação.

Acreditamos, assim, que a análise dos diferentes usos sociais da Internet, do seu processo de difusão, da sua relação com as esferas da vida social (comunicação, consumo, informação...) é um ponto de partida para caracterizar os processos sociais de transformação que decorrem na sociedade.

Castells (2003) sustenta que a análise da mudança social de que emerge uma nova estrutura social assenta na detecção de transformações estruturais nas relações de produção, de poder e experiência. São estas alterações que conduzem a uma modificação significativa das formas sociais do espaço e do tempo e à emergência de uma nova cultura.

A Sociedade em Rede é um produto de um determinado contexto histórico que atravessa as três últimas décadas do século XX.

A sociedade informacional, em termos tecnológicos, radica a sua génese nas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das comunicações, software e hardware, nos anos 70, todavia, o seu momento de massificação situa-se na segunda metade da década de 90. A difusão tecnológica das grandes empresas e do Estado; a expansão do PC nas famílias; a maior utilização de aparelhos de computação e comunicação; a facilidade de utilização da WWW; a emergência de uma literacia de computadores entre as novas gerações; a promoção da Internet no trabalho e no sistema educacional, flexibilizam as relações organizacionais e espaciais à escala global.

Segundo Castells (2002), as redes são instrumentos apropriados: a) para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; b) para o trabalho, trabalhadores e empresas baseadas na flexibilidade e adaptabilidade; c) para uma cultura de desconstrução contínua; d) para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e estados de espírito públicos; e) e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo.

A Internet responde, pois, a uma necessidade fundamental da sociedade que se encontra enraizada na evolução social: a necessidade de funcionamento em rede. Acresce que é uma ferramenta que permite a construção de projectos individuais e colectivos e a sua utilização só terá valor acrescentado, se forem percebidas pelas pessoas as múltiplas potencialidades que este serviço pode oferecer no desenvolvimento da sua actividade (Cardoso et. al., 2005).

Porém, “A sociedade em rede, como qualquer outra estrutura, não deixa de ter contradições, conflitos e desafios de formas alternativas de organização social” (Castells, 2002). Assistimos a desenvolvimentos diferenciais a nível de infra-estruturas tecnológicas, por exemplo. Também, encontramos fortes contrastes educativos, culturais entre a população de mais idade e os sectores mais jovens e entre os meios urbanos e rurais.

Na verdade,

- “a população portuguesa tem reduzidos níveis de escolaridade (cerca de 80% da população portuguesa tem uma escolaridade até ao 3º ciclo) com reflexos na

reduzida adopção e utilização de PC's e de Internet, em especial nas faixas etárias superiores a 35 anos (representa mais de 50% da população);

- há uma elevada assimetria regional, indutora do continuado afastamento social e económico das populações do interior;
- há um reduzido nível de investimento em tecnologias da informação e baixa sofisticação das empresas portuguesas” (UMIC, 2003:9).

Acresce que a “a adopção e utilização de serviços de banda larga em Portugal representa um esforço consideravelmente elevado no orçamento familiar português, quando comparado com os restantes países europeus” (UMIC, 2003:10).

Em síntese, a reduzida penetração de PC's; o reduzido conhecimento das TI; o desconhecimento de benefícios de adopção e utilização da Internet; a existência de zonas rurais desfavorecidas com limitações de acesso a serviços de banda larga; o reduzido e inadequado investimento nas TI; a ausência de condições que propiciem um quadro competitivo favorável à difusão de serviços de banda larga, promovem desenvolvimentos diferenciais na população portuguesa.

As zonas rurais correm, assim, o risco de “fractura digital”. A desigualdade de oportunidades entre residentes em territórios urbanos e rurais é uma realidade que importa matizar. Igualizar a adopção e utilização das novas tecnologias nos espaços rurais do território atlântico é uma das estratégias de primeira ordem para conseguir uma ordenação territorial equilibrada, e uma coesão económica e social da União Europeia. Na verdade, o acesso a redes de comunicação verá surgir novas oportunidades empresariais no território favorecerá a competitividade económica, reduzirá as disparidades económicas; gerará novos empregos e melhorará a competência dos já existentes mediante a formação *on-line*, de acordo com o estabelecido na Estratégia Europeia para o Emprego e as políticas de apoio europeias à competitividade das PME's.

Lembramos que estes objectivos foram estabelecidos na Estratégia de Lisboa e nos planos de acção eEurope 2002 e eEurope 2005.

A mudança de hábitos e o surgimento de novas oportunidades possibilitará à população a permanência no espaço rural e o desenvolvimento equilibrado do território. A fixação de população evitará a massificação de conglomerados urbanos, a desertificação humana das zonas rurais com efeito directo no abandono de ecossistemas agrários e naturais e na perda de valores socioculturais e históricos que identificam um espaço.

O Projecto Ruraltech, Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Espaços Rurais, pertence à Iniciativa Comunitária Interreg III B Espaço Atlântico, situa-se na prioridade B2, cujos objectivos fundamentais são o desenvolvimento de sistemas de transporte assegurando uma mobilidade sustentável e uma melhoria do acesso à Sociedade da Informação.

Pretende reduzir os problemas associados às zonas rurais, neste caso, nos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão e facilitar o acesso às novas tecnologias.

As principais causas que levam à concretização do projecto são: a) o isolamento geográfico; b) a escassez demográfica; c) a limitação de implantação de empresas; d) a falta de investimento público nesta área.

Os efeitos manifestam-se no despovoamento; no subdesenvolvimento económico; na desigualdade no que respeita às oportunidades da povoação urbana; num ciclo provocado pelo isolamento.

As necessidades prendem-se com o melhorar a oferta de acesso às TIC; o difundir o conhecimento das TIC; o aumentar a procura interna.

São objectivos, assim, do projecto: a) Analisar a procura actual e potencial das TIC em zonas rurais; b) Promover a procura e a oferta das TIC mediante acções de formação e difusão; c) Promover a igualdade de oportunidades entre a população de territórios rurais e

urbanos, discriminando positivamente as mulheres; d) Avaliar e partilhar os resultados do projecto entre as entidades participantes, à escala europeia; e) Transmitir os resultados do Projecto às Autarquias, aos agentes de desenvolvimento económico e de cidadania.

O estudo que se apresenta cumpre um duplo objectivo, na consecução do Projecto Ruraltech:

- a) constituir um elemento de avaliação contínua do projecto;
- b) analisar as necessidades de acesso, nas zonas rurais, à Sociedade da Informação e da comunicação, bem como os efeitos de isolamento tecnológico das zonas rurais sobre a demografia, o desenvolvimento económico e as oportunidades laborais nestas zonas.

1. A REALIDADE NACIONAL E AS TIC

Desde 2001, que o Instituto Nacional de Estatística¹ tem vindo a efectuar inquéritos nacionais sobre a utilização das tecnologias de informação e de comunicação pelas famílias.

1.1. POSSE DE COMPUTADOR E LIGAÇÃO À INTERNET

A posse de computadores e de ligação à Internet pelas famílias portuguesas tem vindo a aumentar, conforme podemos verificar, na tabela n.º 1:

Tabela n.º 1 – Posse de Computador e de Ligação à Internet dos agregados domésticos, 2001 – 2004 (%)

	INE ² 2001	INE 2002	INE 2003 ³	INE 2004 ⁴
	%	%	%	%
Computador	24,4	26,8	38,3	41,3
Internet	12,8	15,1	21,7	26,2

Fonte: INE

Os resultados dos inquéritos indiciam um aumento gradual da posse de computador e da ligação das famílias à Internet, em Portugal, apresentando o último um crescimento mais acentuado. Como podemos observar, na tabela, em 2004, 41% dos portugueses dispõem de computador e 26% de acesso à Internet a partir de casa (27% e 15%, respectivamente, em 2002). Em síntese, entre 2002 e 2004, houve um crescimento médio anual de 25% no que respeita ao computador, e de 33% no que se refere à Internet.

Analisando estes dados por regiões NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, R. A. Açores, R. A. Madeira) constatamos que Lisboa e Vale do Tejo e

¹ Em parceria com o Observatório das Ciências e Tecnologia, e a partir de 2002, com a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC).

² Estudo efectuado no terceiro trimestre de 2001, em parceria com o Observatório das Ciências e Tecnologia

³ Resultados de um Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, elaborado pelo INE com a colaboração da UMIC. Ao contrário do que aconteceu em 2001 e 2002, esta operação estatística consistiu na criação de um inquérito específico para o efeito. A recolha de dados decorreu no mês de Junho de 2003. Este inquérito segue as recomendações metodológicas do Eurostat. A amostra foi composta por 6026 alojamentos familiares de residência principal, a que correspondem 9990 indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos; foi estratificada por região NUT II e é representativa de Portugal continental, e das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

⁴ Dados relativos a um Inquérito sobre Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, elaborado pelo INE com a colaboração da UMIC. A recolha de dados decorreu nos meses de Maio e Junho de 2004. O período de referência dos dados é o primeiro trimestre de 2004. Enquadra-se no âmbito do desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação. A amostra foi composta por 6026 alojamentos familiares de residência principal, a que correspondem 4432 agregados domésticos com pelo menos um indivíduo com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos perfazendo um total de 10023 indivíduos; foi estratificada por região NUT II e é representativa de Portugal continental, e das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Algarve apresentam médias superiores à nacional no que toca à posse de computadores (50,2% e 41,6%, respectivamente). Em Lisboa (33,4%) e nos Açores (31,3%), também a percentagem de famílias com ligação à internet está acima da média portuguesa.

A Região Centro, onde se inserem as freguesias que estudámos, apresenta valores inferiores à média nacional (38,6% - posse de computadores e 26,1% - ligação à Internet a partir de casa).

A ligação à Internet a partir de casa é efectuada por modem por 52%; 33% optaram pela banda larga e 15% por DSL. O desinteresse face à Internet, o preço e a iliteracia tecnológica são os factores apontados que condicionam a expansão da Internet nos agregados familiares. Assim, dos indivíduos que não têm Internet em casa, 63% sustentam não querer ou não ter interesse pela tecnologia; 56% e 54% realçam o elevado custo do equipamento e do acesso; 53% declaram não saber utilizar a Internet.

1.2. UTILIZAÇÃO DE COMPUTADORES E DE LIGAÇÃO À INTERNET

Entre Janeiro e Março de 2004, 37% dos indivíduos indicaram ter utilizado o computador e 29% acederam à Internet.

A casa e o local de trabalho são os locais mais comuns de uso das TIC. O computador é usado por 70% dos indivíduos em casa; por 54% no local de trabalho; por 21% na escola e na casa de familiares/vizinhos/amigos. O acesso à Internet é feito, maioritariamente, a partir de casa (58%); metade acede à tecnologia no local de trabalho, um quarto na escola/universidade e 20% em casa de familiares, vizinhos, amigos.

De acordo com o estudo citado, entre 2002 e 2004, houve um acréscimo de 10%, quer na utilização de computador, quer na utilização da Internet. Registou-se, neste período, uma taxa média de crescimento anual de 17% para a utilização de computadores e de 24% de acesso à Internet.

Na Região Centro, 34,9% dos indivíduos utiliza computadores e 27,8% conecta-se à Internet (respectivamente, menos 2,3% e menos 1,5%, relativamente às médias nacionais).

O padrão de utilização das TIC apresenta diferenças de género: a proporção de homens é superior à das mulheres (40,4% contra 34,1%) no que respeita à utilização de computadores, e de 32% para 26,8%, no que toca à Internet.

Também, a utilização de computador e de Internet varia com o nível de instrução: entre os indivíduos detentores de um diploma do ensino superior a proporção de utilizadores de computador e de Internet é de 91,9% e de 84,2%, respectivamente, contrastando com os 21,9% e 14,5% dos que têm um nível de escolaridade até ao 3.º Ciclo.

Acresce que utilização das TIC é inversamente proporcional à idade, à medida que se avança para escalões etários mais altos diminui a proporção de utilização. São os indivíduos da faixa etária 16 a 24 anos os que atingem níveis de uso de computador e de Internet (72,7% e 63,7%, respectivamente).

A condição perante o trabalho influencia a utilização destas tecnologias: quase todos os estudantes (96,1%) utilizam computador e 91,4% acedem à Internet. São 44,4% dos empregados, os utilizadores de computador; 33,6% liga-se à Internet. Os desempregados são os utentes minoritários das TIC (22,7% - computadores e 15,5% - Internet).

O estudo refere, ainda, que cerca de 80% dos indivíduos que acedem à Internet enviam/recebem *e-mails* e pesquisam informação sobre bens e serviços; 50% utilizam a rede para leituras/*download* de jornais/revistas online; 45% ligam-se às autoridades/serviços públicos, 35% para obtenção de informações; 26% efectuam o *download* de impressos/formulários oficiais. São 19% os indivíduos que recorrem a portais da Administração Pública com serviços administrativos integrados (Portal do Cidadão).

Entre Janeiro e Março de 2004, apenas 3% da população adquiriu produtos *online* para uso privado, o que corresponde a 10% dos utilizadores de Internet no mesmo período.

2. AS TIC NAS ZONAS RURAIS DOS CONCELHOS DE CASTELO BRANCO, DE IDANHA-A-NOVA E DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Os membros Projecto Ruraltech desenvolveram uma metodologia conjunta, quer no que respeita aos instrumentos utilizados, quer na definição do objecto de estudo. Na verdade, só assim se poderia estabelecer uma comparação dos diferentes territórios do espaço atlântico.

O universo, deste estudo, é constituído por indivíduos com 15 e mais anos, residentes nas freguesias com menos de 2500 habitantes dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. Apesar do estudo ser realizado através da técnica de entrevista telefónica, para a quantificação do universo são considerados também os lares que não possuem telefone⁵ a que corresponde um universo de 32 311 mil indivíduos. A amostra é constituída por 342 indivíduos com uma margem de erro de +/- 5% e para um nível de confiança de 95%, está estratificada (unidades homogéneas entre si) por habitat rural, considerando, meio rural as freguesias que pertencem a municípios com menos de 2500 habitantes, como referimos. Dentro de cada estrato os lares foram seleccionados aleatoriamente.

2.1. ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

Os dados foram recolhidos através de um questionário elaborado especificamente para este estudo. É constituído por 16 perguntas relacionadas com o tema em estudo e 6 de classificação sociodemográfica.

Os indicadores de análise são: a) Percentagem de lares com PC; b) Percentagem de lares com acesso à Internet; c) Tipo de acesso: banda larga, normal...; d) Percentagem de pessoas que utilizam a Internet (homens/ mulheres); e) Nível de formação em TIC: segmentado por sexo; f) Locais de Acesso: casa, trabalho, centro de estudos ou universidade, terminais; g) Interesse em frequentar cursos no âmbito das TIC.

2.2. ANÁLISE DOS DADOS

2.2.1. UTILIZAÇÃO DE COMPUTADORES

Os resultados demonstram que 79,9% dos entrevistados não têm computador. Quando questionados sobre as razões afirmam: a) 60,9% que não tem utilidade; b) 28,8% indicam que não têm conhecimentos; c) apenas 5,5% concordam tratar-se de uma ferramenta cara. Cruzando esta variável com a idade, constatamos que à medida que a idade aumenta o interesse por esta tecnologia diminui. Os dados comprovam que só 1,2% dos indivíduos pertencentes à faixa etária 15 – 24 anos referem que o computador não tem utilidade; 31,1% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos atesta que o aparelho não tem qualquer utilidade; 67,7% dos entrevistados inseridos na classe etária 65 e mais anos indica a pouca utilidade do objecto.

Se diferenciarmos os dados por sexo, concluímos que as mulheres renunciam mais às tecnologias do que os homens. Os resultados do inquérito revelam que a falta de utilidade é indicada por 69,5% das mulheres vs. 30,5% dos homens. A falta de conhecimento é atestada por 72,2% das entrevistadas contra 27,8% dos entrevistados. A carestia é explicitada por 68,4% dos indivíduos pertencentes ao sexo feminino e por 31,6 do sexo masculino.

⁵ A nível nacional 15 132 lares não possuem telefone. Os dados disponibilizados pelo INE no estudo Indicadores de Conforto das Famílias de 1997, a taxa de posse de telefone estimada é de 79,9%. Em 1999, os estudos efectuados pela Markttest apontavam para uma taxa de 90%. Em 2002, usando já como base o universo de lares quantificados pelos censos 2001 do INE, os estudos efectuados apontam para uma taxa de posse de telefone de 82,4%, o que representa 2 886 647 lares com telefone no continente, para um total de 3 505 292 lares.

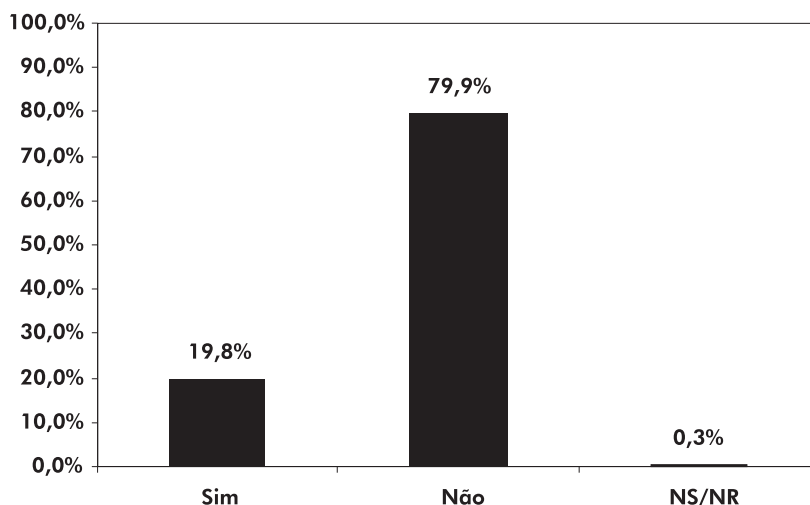


Gráfico n.º 1 – Posse de Computador

Em suma, os utilizadores de computadores são mais homens (19,7%) do que mulheres (7,5%); 29,4% têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos; 21,2% pertencem ao grupo etário 25 – 64 anos; apenas 1,2% dos indivíduos com 65 anos e mais têm PC em casa.

Como observamos no gráfico n.º 2, 80,5% não possuem quaisquer conhecimentos de informática; 14,6% consideram ter conhecimentos básicos; 2,9% afirmam tê-los avançados. Acresce que são, maioritariamente, as mulheres que afirmam não ter quaisquer conhecimentos (71,4%). É o grupo etário que tem 65 e mais anos que manifesta, em maior grau, não ter quaisquer conhecimentos – 57,6%. Só 7,6%, frequentaram cursos nesta área.

A esmagadora maioria dos entrevistados revela um total desinteresse em frequentar cursos no âmbito de: informática (78,4%); Internet (83,7%); fazer download de impressos da Administração Pública (87,4%); correio electrónico (82,9%); instalação de computadores (90,4%); utilização de periféricos (91%). Todavia, a disposição de frequentar este tipo de cursos é inversamente proporcional à idade; são os mais novos os que manifestam maior interesse, seguidos dos pertencentes à faixa etária 25 – 64 anos e por fim os que têm 65 e mais anos.

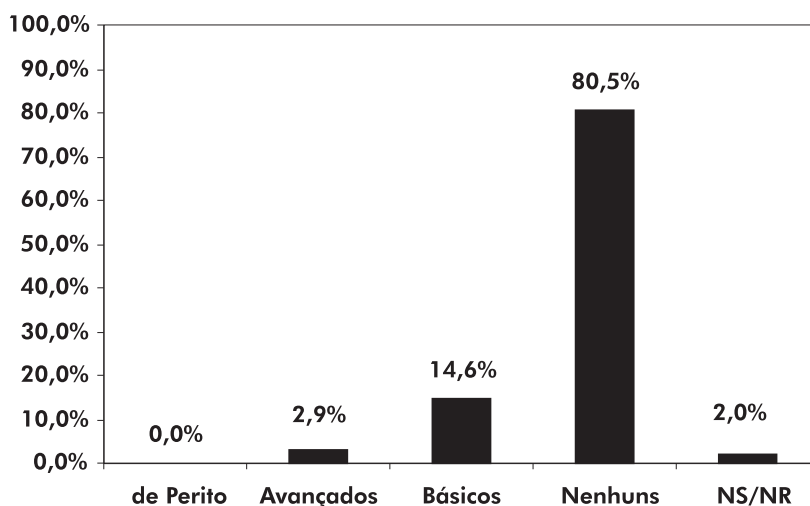


Gráfico n.º 2 – Conhecimentos de Informática

2.2.2. LIGAÇÃO À INTERNET

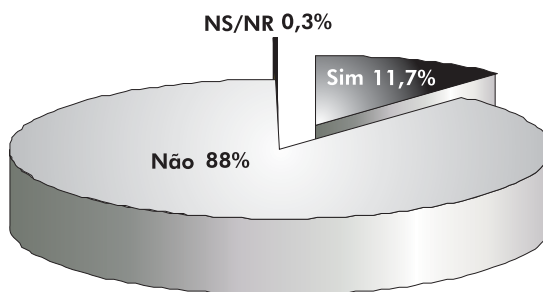


Gráfico n.º 3 – Ligação à Internet

Apenas, 11,7% referem ter ligação à Internet a partir de casa. A utilização desta tecnologia é feita diariamente por 52,5% destes indivíduos. Indicam, ainda, que por mês navegam, até duas horas, 14,3%; entre 2 a 8 horas 19%; entre 8 e 20 horas, 38,1%; e mais de 20 horas, 14,3%; os restantes não sabem ou não respondem. A classe etária 15 – 24 anos a maior utilizadora das novas tecnologias (29,4%).

Preocupante é, ainda, o facto de exclusivamente 3% afirmarem a intenção de vir a conectar-se. O interesse aumenta à medida que a idade diminui, na verdade, 22,2% destes indivíduos têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos; 4,4% situam-se na faixa etária dos 25 – 64 anos, e 0,7% dos que têm 65 e mais anos. Referem como principais motivos da não ligação: não ter interesse (49%); sentir-se velho (23,5%); não saber utilizar (22,2%); ser caro (5,2%); falta de tempo (4,2%); falta de conhecimentos (3,3%); falta de informação (0,7%). Cruzando esta variável com a idade verificamos que a causa central apontada pelos mais jovens é a falta de conhecimentos (37,5%); a falta de interesse é apresentada pelas outras categorias etárias com 43,5% e 54,5%, respectivamente.

Se considerarmos a definição de internauta, do Eurostat, ou seja, a pessoa com mais de 15 anos que utilizou a Internet nos últimos 3 meses, os dados demonstram que só 10,5% dos inquiridos se incluem nesta categoria. Se introduzirmos a variável idade, verificamos que em 47,1% dos indivíduos que navegaram no ciberespaço pertencem à faixa etária 15 – 25 anos; 16,7% têm idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; apenas, 1,2% têm 65 e mais anos.

Só, 7,6% indicam ter frequentado um curso relacionado com a Internet; representam 29,4% dos indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos; 12,2% dos da classe etária 25 – 64 anos e 1,2% dos residentes com 65 e mais anos.

Deste conjunto de indivíduos, 19,4% aponta ter conhecimentos avançados de Internet, 77,8% declara ter conhecimentos básicos, 2,8% refere nenhuns. Cruzando esta variável com a idade não há dados a acrescentar; na maioria todas as classes etárias têm, maioritariamente, conhecimentos básicos de Internet.

O acesso à Internet é feito a partir de casa por 72,2%; do trabalho por 44,4%; da Universidade ou do Centro de Estudos por 16,7%, de um terminal público por 2,8%, da casa de amigos por 2,8%.

A maioria, 61,5% dos entrevistados, conecta-se, a partir de casa, à Internet através de um *modem*; 23,1% instalou a ADSL; 7,7% utiliza a linha RDIS; e 3,8% recorreu ao cabo. Quando inquiridos sobre se pensam alterar a ligação para Banda Larga, 26,3% anuem.

2.2.3. UTILIZAÇÃO DA INTERNET

A Internet é utilizada **frequentemente** para aceder ao *E-mail*, ler notícias, procurar informações de trabalho e de estudo por 31,6% dos entrevistados; 30,6% dos indivíduos indicam servir-se deste meio, com frequência, para efectuar operações bancárias; 27,8% dos

residentes, nas freguesias em estudo, recorrem com assiduidade à rede para obter informações culturais e de lazer; 22,2% efectuam *downloads* de impressos da Administração Pública, com constância; 19,4% lêem, com pontualidade, as notícias locais com frequência; 13,9% costuma retirar ficheiro de MP3; 11,1% procuram informações de saúde e 8,5% retiram vídeos da Internet. Ainda, 5,6% dos indivíduos utilizam esta ferramenta, com frequência, para efectuar compras, jogar *online*, efectuar actividades de bolsa. Apenas, 2,8% usam com constância esta tecnologia para participar em *Chats* e efectuar cursos *on-line*.

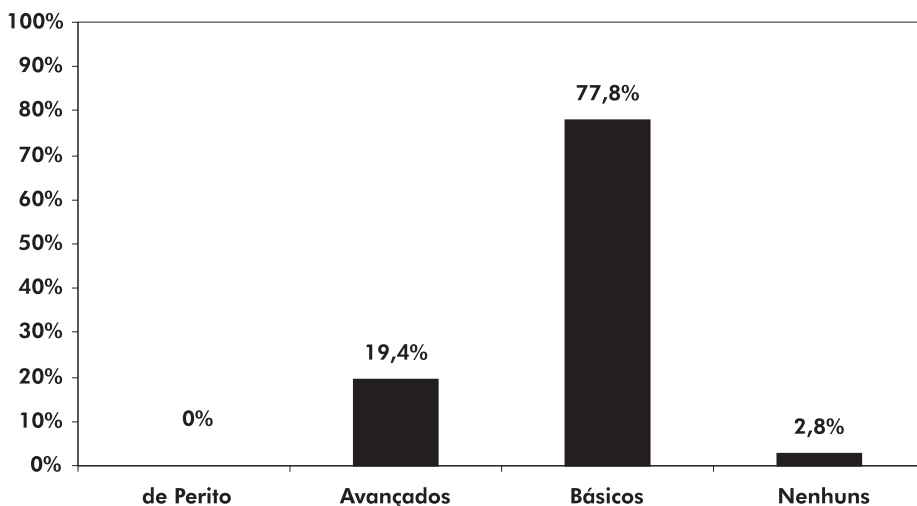


Gráfico n.º 4 – Conhecimentos de Internet

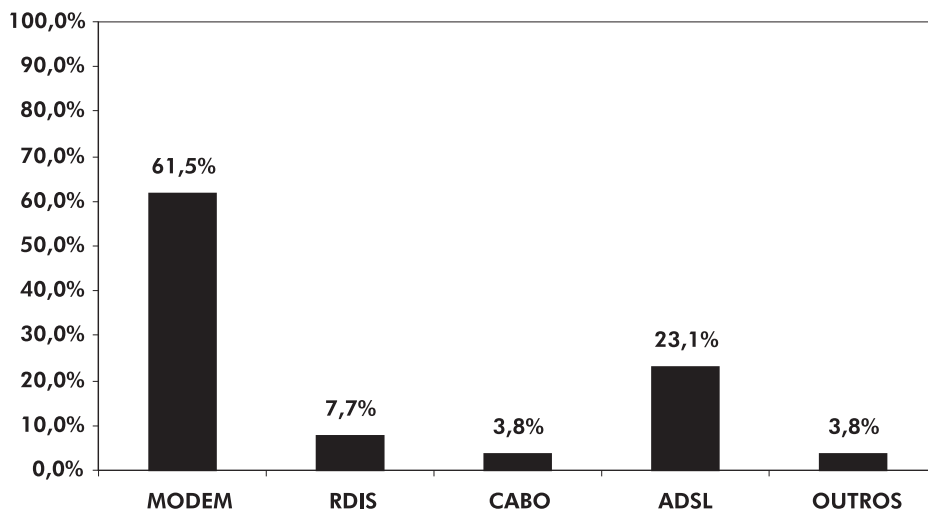


Gráfico n.º 5 – Tipo de Ligação à Internet

Ocasionalmente, a navegação na Internet serve para: indicações de programas culturais (44,4%) e de lazer (38,9%); ler notícias nacionais (38,9%) e locais (36,1%); comunicar em *chats* (36,1%); obter impressos da Administração Pública (36,1%); aceder ao *e-mail* (33,3%); adquirir informações sobre saúde e fazer *downloads* de vídeo (27,8%); procurar informação para o trabalho ou estudo, praticar actividades da bolsa e descarregar ficheiros de arquivo MP3 (25%); comprar *on-line* (22,2%); jogar *on-line* (13,9%); efectuar operações bancárias (13,9%); frequentar cursos *online* e participar em operações da bolsa (8,3%).

Existem ambientes na Internet, que ainda não são usados por internautas mas que admitem ter intenção de os utilizar. Referem o desejo de efectuar cursos online (19,4%); de procurar informações sobre a saúde (13,9%). As necessidades de aceder ao *E-mail*, de procura informação cultural, de obtenção de impressos da Administração Pública, de gestão de contas bancárias e da bolsa são indicadas por 11,1%.

Outras utilizações da Internet são recusadas por cibernautas: comprar, jogar *online* e efectuar actividades relacionadas com a bolsa (55,6%); participar em *Chats* e frequentar cursos *online* (44,4%), bem como descarregar ficheiros de vídeos e de arquivos MP3 (38,9%) são as mais expressivas. Na verdade, são actividades que implicam um maior conhecimento por parte dos utilizadores e podem causar maiores desconfianças.

CONCLUSÃO

O Projecto Ruraltech – Rede Europeia para a Promoção das Novas Tecnologias em Espaços Rurais –, está a ser desenvolvido pelo CEDER/IPCB, em parceria com associações de desenvolvimento de França, Espanha, Gales e Irlanda. Entre outras acções, realizou um estudo diagnóstico, com o intuito de averiguar a penetração das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas freguesias, com menos de 2500 habitantes, dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

Concluimos que: estas localidades mantêm um claro isolamento no que respeita às redes de comunicação, o que constitui um factor de risco de fractura digital. São zonas de escassez demográfica, com uma limitada implantação de empresas; é clara a desigualdade de oportunidades relativamente à população urbana; urge, assim, desenvolver projectos que invertam esta situação.

Os objectivos fundamentais são: a) analisar a procura actual e potencial das TIC em zonas rurais; b) promover a procura e a oferta das TIC mediante acções de formação e difusão; c) promover a igualdade de oportunidades entre a população de territórios rurais e urbanos, discriminando positivamente as mulheres; d) avaliar e partilhar os resultados do projecto entre as entidades participantes, à escala europeia.

Em síntese, o estudo revelou que 79,9% dos entrevistados não têm computador; 80,5% afirmam não possuir quaisquer conhecimentos de informática. Apenas, 11,7% referem ter ligação à Internet. Mais preocupante é o facto de exclusivamente 3,2% afirmarem a intenção de vir a conectar-se com a Internet. Só 7,6%, frequentaram cursos nesta área. Já a esmagadora maioria dos entrevistados revela um total desinteresse por cursos no âmbito de: informática (78,4%); Internet (83,7%); correio electrónico (87,5%). Se considerarmos a definição de internauta, do Eurostat, ou seja, a pessoa com mais de 15 anos que utilizou a Internet nos últimos 3 meses, os dados demonstram que só 10,5% dos inquiridos se incluem nesta categoria. Deste conjunto de indivíduos, 19,4% aponta ter conhecimentos avançados de Internet, 77,8% declara ter conhecimentos básicos, 2,8% refere nenhuns. O acesso à Internet é feito a partir de casa para 72,2%; do trabalho 44,4%; da Universidade ou do Centro de Estudos 16,7%, de um terminal público 2,8%, da casa de amigos 2,8%.

A maioria, 61,5% dos entrevistados, conecta-se à Internet através de um *modem*; 23,1% instalou a ADSL; 7,7% utiliza a linha RDIS; e 3,8% recorreu ao cabo.

Quando inquiridos sobre se pensam alterar a ligação para Banda Larga, 26,3% anuem.

Outra informação relevante prende-se com o facto de 55,6% terem correio electrónico gratuito; 16,7% utilizam o do trabalho; 8,3% o cedido pelo servidor. Utilizam frequentemente este meio de comunicação 36,1% dos inquiridos, ocasionalmente é usado por 33,3%; 11,1% referem que “Não usam mas pensam fazê-lo”; 16,7% declaram que não usam nem tencionam usá-lo.

Os utentes dos serviços da Internet procuram, sobretudo, notícias, informação cultural, formação ao lazer, serviços bancários, informação para trabalhos ou estudos e impressos da Administração Pública.

Reiteramos a relevância deste projecto que tende a modificar a situação existente. Num mundo em que a comunicação desempenha um papel fundamental no exercício da cidadania, é incontornável a mestria de tecnologias que apontem para a propalada ideia de igualdade de oportunidades entre o mundo urbano e o mundo rural. Acresce que pode ainda fomentar o esbater de diferenças em localidades periféricas que assistem ao despovoamento progressivo do seu espaço de afectos

BIBLIOGRAFIA

- Castells, M. (2002). *La Sociedad Red en Catalunya*, IN3 - UOC.
- (2002) *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.1 – A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2003) *A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Vol 3 – Fim de Milénio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardoso, G; Firmino da Costa, A; Palma Conceição, C; Gomes, Maria do Carmo (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- INE (1996) *Indicadores Urbanos do Continente*: Autor.
- INE (2001) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.
- INE (2003) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.
- INE (2004) *Sociedade da Informação e do Conhecimento*: Autor.
- Portugal em Acção* – XVI Governo Constitucional (2003) Iniciativa para a Banda Larga: Autor.
- Precisa Research (2003) *Dotação e uso das TIC no Concelho de Castelo Branco*. Relatório 2003. Espaços de Excelência Transfronteiriço (E.E.T.) co-financiado pela U.E. . Iniciativa Comunitária Interreg III A. Espanha – Portugal.
- UMIC (2003). *Portugal em Acção* - Iniciativa Nacional para a Banda Larga, retirado de <http://www.unic.pcm.gou.pt> a 14 de Fevereiro de 2004.
- UMIC (2004/2005) *Guia dos Pontos de Acesso à Internet em Portugal*. Lisboa: Autor

Contactos:

arita@esg.ipcb.pt

anapaula@esg.ipcb.pt